

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL**

**Completei 18 anos e agora?
O desligamento do adolescente atendido pelo
PTE-FIA ao atingir a maioridade**

**Autora: Cleonice do Nascimento Farias
Orientadora: Mariléia Franco Marinho Inoue**

**RIO DE JANEIRO
2007**

CLEONICE DO NASCIMENTO FARIAS

Completei 18 anos e agora?

**O desligamento do adolescente atendido pelo
Programa ao atingir a maioridade**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Graduação apresentado ao
Departamento de Fundamentos do
Serviço Social da Escola de Serviço
Social da Universidade Federal do
Rio de Janeiro.
Orientadora: Mariléia Franco Marinho Inoue

Rio de Janeiro, agosto de 2007.

Completei 18 anos e agora?

O desligamento do adolescente atendido pelo Programa ao atingir a maioridade

Autor:

Cleonice do Nascimento Farias

Orientador:

Prof. Dr. Mariléia Franco Marinho Inoue

Examinadores:

Prof. Laudicéa de Souza Pinto

Prof. Dr. Rosemere dos Santos Maia

Departamento de Fundamentos do Serviço Social

Escola de Serviço Social – UFRJ

Rio de Janeiro, RJ – Brasil

Agosto/2007

“Nesta sociedade, que procura proteger o homem desde o nascimento até a morte, uma só idade não é protegida: a adolescência. Os adolescentes – diz Hallingshead – movem-se numa terra mal definida, a terra de ninguém que fica entre a dependência protetora da família, que existe na infância e na qual os pais dominam, e o mundo independente dos adultos, onde o indivíduo está relativamente livre da direção familiar. Esta terra-deninguém é o lugar onde o adolescente deve evoluir para se tornar um homem. Vê-se o desconforto de tal posição” (ORIGLIA, OUIILLON, 1974, p.73)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ofereço a minha eterna gratidão ao meu

Soberano e Amigo Deus que esteve em todas as circunstâncias da minha vida presente.

Aos meus queridos pais, Francisco e Neide, pela paciência e apoio nas horas críticas, meus sinceros agradecimentos.

Agradeço aos meus queridos irmãos, Cristina, Cristiano, Cláudia e Cintia pelas orações intercessórias e também pela atenção especial dada a minha pessoa.

Às minhas amigas, Ana Paula e Surama que muito me ajudaram na concretização de um ideal, minha formação acadêmica. Muito obrigada por serem de Deus um presente na minha vida.

À turma, em especial, aos amigos João “nosso e de Deus”, Maria da Conceição “nininha”, Rosemary “rose”, Tatiane “tati” e Janice “já é”. Sou grata pela amizade, fidelidade, companheirismo sempre presentes nesta trajetória acadêmica. E também a uma amiga especial que não se esquece nunca, Nelma.

À minha orientadora Mariléia Inoue pelo seu incentivo, pelos sábios conselhos e pela confiança em mim depositada. Obrigada.

À equipe do Programa Trabalho Educativo/Barreto e funcionários da Fundação para a Infância e Adolescência. Obrigada, vocês abrilhantaram minha formação profissional.

Agradeço a todos os professores e funcionários da ESS/UFRJ que me ajudaram na conclusão do Curso de Serviço Social.

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente abrem a discussão sobre a assistência aos adolescentes no Brasil, procurando romper com a concepção limitada do conceito de criança e adolescente. Certamente ocasionaram mudanças em relação ao tratamento do público infanto-juvenil.

O presente estudo objetivou desvelar o que acontece após o desligamento do adolescente atendido no Programa Trabalho Educativo (PTE) – um dos programas desenvolvido pela Fundação para a Infância e Adolescência (FIA).

Apresentamos quem são os adolescentes inscritos no Programa de trabalho educativo, com a condição de permanência vinculada à matrícula escolar. Verificamos se o estudante após o desligamento continuou os estudos, se buscou qualificação profissional, e principalmente, qual a sua condição de trabalhador, pois, com 18 (dezoito) anos estaria pronto para o ingresso no mercado de trabalho.

Concluimos que apesar do quadro diminuto de Assistentes Sociais e da redução de recursos para a área Social, o programa estava atingindo seus objetivos no período estudado. No entanto a atuação do profissional de Serviço Social é interferida devido a falta de profissionais da área.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS.....	08
SIGLÁRIO.....	09
INTRODUÇÃO.....	10
1 - CAPÍTULO I – A Proposta do Programa Trabalho Educativo e os desdobramentos possíveis para os adolescentes que dele fazem parte	
1.1 - Breve Histórico	12
1.2 - Programa baseado no ECA.....	14
1.3 - Fases do Programa.....	15
1.3.1 - Inscrição.....	16
1.3.2 - Treinamento.....	17
1.3.3 - Estágio Laborativo.....	18
2 - CAPÍTULO II – A Adolescência como alvo de programas de controle da pobreza	
2.1 - A Adolescência.....	21
2.2 - A Família.....	23
2.3 - Família empobrecida.....	26
2.4 - Adolescência e Trabalho.....	29
3 – CAPÍTULO III – O universo pesquisado, suas implicações e aspectos metodológicos	
3.1 - Instituição.....	33
3.2 - Participantes.....	33
3.3 - Procedimentos.....	34
3.3.1- Adolescentes desligados.....	34
3.3.2- Adolescentes prestes a serem desligados.....	34
3.4 - As dificuldades.....	35
3.5 - Análise dos resultados com adolescentes desligados.....	36
3.6 - Análise dos resultados com adolescentes prestes a serem desligados.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47
ANEXOS.....	51

8

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Faixa Etária Atual dos Adolescentes Desligados.....	37
Gráfico II – Sexo dos Adolescentes Desligados.....	37
Gráfico III – Grau de Escolaridade Atual dos Adolescentes Desligados.....	38
Gráfico IV – Continuidade nos Estudos após o Desligamento do Programa.....	38
Gráfico V – Mercado de Trabalho.....	39
Gráfico VI – Tipos de Empregabilidade dos Adolescentes após o Desligamento.....	40
Gráfico VII – Adolescentes que participaram de Cursos Profissionalizantes durante o Programa	40
Gráfico VIII – Empregabilidade dos Pais/Responsáveis dos Adolescentes.....	41
Gráfico IX – Condição Sócio-econômica dos Adolescentes Desligados.....	41
Gráfico X – Discurso Sobre a Experiência no Programa	42
Gráfico XI – Discurso Sobre a Certeza da Inserção no Mercado de Trabalho.....	43
Gráfico XII – Pretensão em Realizar Cursos Após o Desligamento.....	44
Gráfico XIII – Perspectiva em Relação ao Desligamento do Programa.....	45

9

SIGLÁRIO

ACIAC – Associação Comercial, Industrial e Agropecuária

ART – Artigo

CAMP- Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro

CIEE – Centro de Integração Empresa Escola

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FIA – Fundação para a Infância e Adolescência

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNBEM – Política Nacional de Bem-Estar do Menor

PTE – Programa Trabalho Educativo

SAM – Serviço de Assistência a Menores

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem

SENES – Sociedade Especializada de Ensino em Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

10

INTRODUÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo geral revelar as conseqüências do desligamento do adolescente do programa, o que nos possibilitou: Traçar o perfil dos treinandos do Programa; Analisar a proposta do Programa Trabalho Educativo e Verificar a natureza de acompanhamento. O motivo para o desenvolvimento da temática reside na inserção da autora como estagiária no PTE – Programa Trabalho Educativo na Unidade do Barreto localizada em Niterói. Durante dois anos de experiência ela pôde realizar diversos desligamentos, e refletir sobre certas inquietações como: “O que acontecerá com o adolescente?”, “Como ficará sua família sem a sua contribuição financeira?”, “O adolescente continuará estudando?”, “O que fará nesse tempo ocioso?”, Enfim quais conseqüências poderiam advir na vida do adolescente após a sua saída do Programa?

O Programa Trabalho Educativo é um dos programas desenvolvidos pela FIA/RJ – Fundação para a Infância e Adolescência, Instituição do Governo do Estado de Rio de Janeiro, sendo a atuação da autora na Unidade do Barreto localizada em Niterói.

O desligamento é automático e o diálogo é insuficiente quanto a desvinculação do Programa, sendo o contato mais efetivo por outros motivos. Ao completar 18 (dezoito) anos o adolescente é desligado do Programa. É bem verdade que o programa expõe suas diretrizes, principalmente quanto a permanência no mesmo.

No primeiro capítulo abrangeremos a proposta do Programa Trabalho Educativo e os desdobramentos possíveis para os adolescentes que dele fazem parte, enfatizando as fases do mesmo.

Segundo capítulo, nele discutiremos o conceito de adolescência como alvo de programas de controle de pobreza.

Terceiro capítulo, temos a pesquisa com seus aspectos metodológicos e dela realizamos uma análise das entrevistas feitas com adolescentes que atingiram a maioridade e foram desligados do Programa assim como dos adolescentes prestes a serem desligados. O que nos possibilitou

11

verificar quais as conseqüências para o mesmo após o desligamento e as conclusões que chegamos sobre o universo ora pesquisado.

Dada a dimensão deste tema, pretendemos iniciar uma discussão sobre a adolescência frente os programas sociais direcionados a infância e juventude pauperizada. Este estudo não tem pretensão de ser um trabalho acabado, mas visa contribuir para melhorar o Programa, através dos resultados obtidos e para novas investigações e aprofundamentos dos questionamentos

levantados.

12

CAPÍTULO I

A proposta do Programa Trabalho Educativo e os desdobramentos possíveis para os adolescentes que dele fazem parte

1.1 - BREVE HISTÓRICO:

Criado com o nome de “Patrulheirismo”¹ em 1962, Na cidade de São Carlos, Estado de São de Paulo, o programa visava atender adolescentes que viviam nas ruas e baseava-se no trinômio educação-recreação-trabalho. Atualmente não há mais recreação.

A palavra PATRULHEIRISMO, para nossa filosofia, não tem o sentido vulgarmente conhecido e derivado do vocábulo PATRULHEIRO, que representa o indivíduo – geralmente militar ou policial – encarregado de patrulhar algo. Não. No nosso trabalho, PATRULHEIRISMO , representa a filosofia de educação concebida por nós , para através do trinômio Educação, Recreação e Trabalho, promover o menor carente de assistência, que reside de preferência, na periferia das cidades.²

Foi em 1975, que a FIA do Estado do Rio de Janeiro começou a desenvolver o programa “Patrulheirismo” através dos CAMPS – Círculo de Amigos do Menino Patrulheiro. O CAMP é uma entidade sem fins lucrativos que propõe a educar o jovem para a vida, por meio de um treinamento para seu futuro profissional.

Com a implantação do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069 de 13/07/1990), a FIA reordenou seus programas. Em 1998, o programa Patrulheirismo é transformado em Programa Trabalho Educativo. E buscando adequar-se ao novo panorama legal no país é criado em 2001, o Programa Educação pelo Trabalho, o qual considera o trabalho como princípio educativo e garante aos adolescentes de baixa renda, baixa escolaridade, em situação de risco pessoal e/ou social respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.³

¹ O nome “Patrulheirismo” foi sugerido pelo primeiro grupo de meninos que apreciavam o programa de televisão “Patrulheiro Toddy”. O mesmo tinha uma enorme aceitação pelos adolescentes.

² Estatuto da Federação do Patrulheirismo, 1981.

³ Programa Educação pelo Trabalho – FIA, mimeo, s/d.

13

Então o Programa Trabalho Educativo passa a ser subprograma do Programa Educação pelo Trabalho.

É importante ressaltar a diferença entre a educação para a trabalho e pelo trabalho. A educação para o trabalho está relacionada à formação de mão-de-obra e capacitação profissional a fim de atender a demanda desse mercado.

Nela inclui-se além da educação escolar, projetos de formação e reciclagem docilizando assim a massa trabalhadora.

Na educação pelo trabalho a escola funciona como um instrumento de pontuação para concorrer a uma vaga nesse mercado. Apesar de a escolarização ser de suma importância para ingressar numa empresa, esta não garante o êxito no mercado de trabalho. Isto porque a escola não dá a competência e habilidade cobradas pela empresa. Na verdade a educação pelo trabalho enriquece o currículo, desta forma contribuindo melhor para o desempenho profissional.

Dentre os programas que a FIA possui, destacamos na pesquisa o PTE – Programa Trabalho Educativo/Barreto. Tal programa atende em sua maioria adolescentes de Niterói e São Gonçalo, e os municípios circunvizinhos Itaboraí, Magé, Maricá, , Rio Bonito, e Silva Jardim. O Programa também recebe adolescentes por solicitação do Conselho Tutelar, oriundos dos Juizados da Infância e Juventude de Niterói e São Gonçalo, Promotorias de Estado e Secretarias de Governo.

O PTE busca minimizar as situações de risco pessoal e social a que estão expostos e melhorar a qualidade de suas vidas, preparando-os para inclusão no mercado de trabalho e participação no processo de promoção familiar. Eis alguns critérios de elegibilidade para adolescentes participarem do Programa: ambos os sexos; entre 14 a 17 anos; que vivenciam dificuldades nas áreas educativa, sócio-econômica e familiar; que residam em áreas de risco; que estejam estudando (a partir da 5ª. série), e a permanência do adolescente na escola implica em sua continuidade no programa.

Eis os objetivos do PTE:

14

- ∇ Contribuir para a formação geral dos adolescentes, preparando-os para a inserção no mundo do trabalho;
- ∇ Estimular a auto-estima dos adolescentes favorecendo o interesse dos mesmos no constante processo de crescimento pessoal e profissional;
- ∇ Garantir o ingresso, regresso e permanência dos adolescentes no ensino regular;
- ∇ Acompanhar o desempenho escolar e contribuir para a elevação do nível de escolaridade;
- ∇ Oferecer oportunidade de participação em cursos de iniciação profissional;
- ∇ Estimular as famílias na participação de sua autopromoção, refletindo com as mesmas sobre seus direitos e deveres na busca de soluções para os problemas existentes no núcleo familiar e conseqüentemente na sociedade e no país;
- ∇ Contribuir para a formação de cidadãos críticos e participativos na construção de uma sociedade onde os direitos e deveres possam ser de todos.⁴

1.2 - PROGRAMA BASEADO NO ECA:

O Estatuto da Criança e do Adolescente propõe o rompimento com o passado, no qual o Brasil discriminava as crianças e adolescentes pobres, e se preocupa em colocá-los na condição de cidadãos.

O PTE se baseia no ECA, o qual dispõe sobre o direito do adolescente à profissionalização e à proteção no trabalho educativo:

Art. 68. O programa social que tenha por base o trabalho educativo, sob responsabilidade de entidade governamental ou não governamental sem fins lucrativos, deverá assegurar ao adolescente que dele participe condições de capacitação para o exercício de atividade regular remunerada.

⁴ Programa Trabalho Educativo – FIA, mimeo, s/d.

15

§ 1º. Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.

§ 2º. A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.⁵

Este artigo não regula o trabalho que o adolescente executa na empresa como empregado comum ou como empregado aprendiz. No entanto o PTE compreende trabalho como princípio educativo, dependendo das condições em que se realize e da relação do trabalhador com o produto do seu trabalho, podendo se tornar ou não em processo educativo.

O trabalho para ser educativo precisa está inserido num programa de aprendizagem e por conseguinte num programa educacional. Entretanto o trabalho é produtivo. Por ser um trabalho educativo as questões pedagógicas devem superar o caráter produtivo. E a remuneração também faz parte da educação, pois é resultado da sua atividade laboral.

Apesar de a empresa visar o lucro, o programa precisa se

preocupar com a qualificação profissional do adolescente, e não apenas com sua ocupação remunerada, pois o educando trabalha para aprender. O trabalho educativo não é um trabalho qualquer, existe uma relação laboral preocupada com o desenvolvimento pessoal e social do adolescente. E o PTE oportuniza a inclusão social do adolescente, pretende a melhoria na escola, no acesso à educação profissional e preparação para o mundo de trabalho.

1.3 - FASES DO PROGRAMA:

Três são as fases do Programa: *Inscrição, Treinamento e Estágio*

Laborativo:

⁵ ECA – Estatuto da Criança e do adolescente, Capítulo V, Artigo 68.

16

1.3.1 - Inscrição:

As inscrições são realizadas semestralmente. Em cada semestre formam-se 2 turmas de 30 alunos cada em média. Para consolidar a Inscrição é preciso passar pelo processo seletivo de cadastro e entrevista. O cadastro* é realizado com o jovem (sozinho ou acompanhado de seu responsável). É feita uma abordagem inicial: nome, idade, endereço, escolaridade, onde e com quem mora, o motivo de seu interesse pelo programa... realizada na sala do Serviço Social. O período do cadastro é de 3 a 5 dias.

A impossibilidade de atender a todos em função da grande demanda (cerca de 1578⁶ atendimentos a adolescentes e responsáveis por ano), o Serviço Social encaminha para outros recursos comunitários, tais como SENAI, SENES, ACIAC, CIEE, Reencontro Obras Sociais, Projeto Lar's Graeel, Escolas da rede pública de ensino e outros.

Após a realização do cadastro divulga-se uma lista de selecionados para a *entrevista* (cerca de 70 adolescentes). Os quais recebem uma ficha com a data da entrevista e os documentos necessários: três fotos 3x4, declaração escolar, xerox e original da certidão de nascimento, do CPF e da identidade do adolescente (se tiver), comprovante de residência, comprovante de rendimento e identidade do responsável.

A entrevista é realizada com o adolescente e seu responsável numa sala com a Assistente Social. Durante a entrevista são aprofundadas as questões expostas no cadastro durante a abordagem. Tem a duração aproximada de 1 (uma) hora, mas devido à escassez de profissionais de Serviço Social, uma entrevista tem cerca de apenas 30 minutos.

Havia no Programa 4 (quatro) Assistentes Sociais, mas 3 (três) aposentaram-se. A maioria dos funcionários está se aposentando, e o Governo do Estado do Rio de Janeiro não realiza novos concursos para profissionais da área há mais de 25 anos, não havendo portanto reposição dos mesmos.

* Modelo em anexo

⁶ Relatório Anual da FIA, 2006.

17

Os Assistentes Sociais vivenciam transformações que podem interferir ou já interferem em sua atuação profissional. Na esfera pública estatal por exemplo, os profissionais sofrem as consequências da redução de recursos para a área Social. Isto significa, muitas vezes, a deterioração dos serviços prestados, comprometendo sua cobertura e equidade.⁷

Os selecionados na entrevista são inscritos automaticamente no

Programa e, ao observarmos os prontuários dos alunos inscritos no programa pelas entrevistas realizadas podemos afirmar que a maioria dos adolescentes desejava trabalhar para ajudar sua família e principalmente a si próprio, como por exemplo, no financiamento de cursos, compras de roupas e calçados, produtos para suas necessidades pessoais, entre outros. Sendo que este consumo, na maioria das vezes é influenciado pelos novos padrões de consumo dirigidos por meios de comunicação de massa.

1.3.2 - Treinamento:

O adolescente participa do treinamento durante 3 (três) meses na própria Instituição, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais. Durante o treinamento, o adolescente é estimulado a pensar e formar seus próprios conceitos. Com aulas expositivas e práticas, com trabalho em grupo e individual, os adolescentes realizam atividades com temáticas relacionadas à Cidadania, Trabalho, Preservação da Saúde, Preconceito, Valores, Respeito, Responsabilidade, Diferença, Política, Economia entre outras que contribuam para uma consciência crítica em relação à sociedade. Recebe orientações quanto a postura, ao comportamento, a hierarquia em relação a família e a empresa. E durante o treinamento também são realizados passeios extra classe (passeio-aula).

É interessante ressaltar a grande variação da escolaridade dos adolescentes. Já teve turma no Programa que chegou a ter 6 (seis) séries diferentes na mesma sala de aula (variando entre a 4ª. série do Ensino Fundamental e 1º ano do Ensino Médio).

7 YASBEK, Carmelita. Terceiro Setor e Despolitização, p.18.

18

As duas professoras que atuam no Programa têm o desafio de adequar a linguagem verbal e não-verbal para uma turma heterogênea em relação a escolaridade e comportamento. Elas mobilizam e contagiam todos os treinandos democraticamente, a fim de minimizar as diferenças antes percebidas. Em todas as rotinas do treinamento o adolescente é avaliado nas questões de pontualidade, assiduidade, compromisso, participação etc. É nessa fase que ocorre reuniões com os adolescentes e seus respectivos pais ou responsáveis, com a participação do Serviço Social e das professoras. Há orientação quanto ao bom êxito no Programa.

1.3.3 - Estágio Laborativo:

Após o treinamento o adolescente é encaminhado à empresa/instituição para realização do estágio laborativo. O encaminhamento de um modo geral não é imediato, o prazo em média é de 4(quatro) meses. O estágio é realizado após o treinamento e posterior encaminhamento profissional. O ingresso do adolescente na empresa, ocorre inicialmente sem vínculo empregatício. A maioria das empresas faz a seleção realizando entrevistas com os adolescentes. Sendo a jornada diária de 4 (quatro) horas, sem interferir na sua frequência escolar.

Alguns bolsistas (adolescente em estágio laborativo) possuem benefícios da empresa/instituição onde estagia como ticket alimentação e riocard. Ele é identificado pelo uniforme (geralmente é camisa pólo na cor azul-celeste com emblema da FIA, e calça jeans) de uso obrigatório, e pela respectiva carteira de identificação (feita no PTE/FIA).

A aplicação do conhecimento adquirido durante o treinamento, é realizada nos espaços empresariais/institucionais e também é vivenciada no cotidiano dos adolescentes: mudança de comportamento com relação à família, aos amigos e à sociedade.

19

Algumas atividades desempenhadas pelo bolsista são: tirar xerox, localizar e arquivar processo, protocolar, entregar e receber documentos, atender telefone, entre outras.

As visitas da Assistente Social nas empresas ocorrem mediante a disfunção do bolsista no estágio, como a não adaptação do adolescente na empresa, sendo imediata a intervenção do Serviço Social.

Entrevistas com os bolsistas e seus chefes imediatos, observação em relação à adaptação nas atividades funcionais, estímulo para participação em cursos complementares e reuniões na própria empresa/instituição são algumas das técnicas de acompanhamento realizadas pelo Serviço Social. Sendo que tais

técnicas vêm ocorrendo de forma bastante reduzida. O que influencia negativamente no acompanhamento ao adolescente.

O Serviço Social acompanha junto ao Juizado da Infância e Juventude, a emissão de laudos e alvarás de autorização para o estágio laborativo.

O Serviço Social acompanha também o bolsista através de formulários que são preenchidos/respondidos mensalmente pelo chefe imediato do adolescente. Neste formulário questiona-se sobre o comportamento, interesse, assiduidade, pontualidade, enfim a responsabilidade do adolescente no estágio laborativo.

É bem verdade que há visitas da Assistente Social nas empresas, mas devido a poucos profissionais da área, não há uma aproximação maior do Serviço Social com os adolescentes em estágio laborativo, nem com os adolescentes em treinamento. A atuação da Assistente Social no Programa é interferida devido a falta de profissionais de Serviço Social no Programa. Com relação ao acompanhamento escolar, é realizado pela FIA e pelas empresas. Há estímulo para o adolescente não ser reprovado, para não perder a oportunidade de estudar.

No estágio laborativo o adolescente recebe geralmente uma bolsa de aproximadamente um salário mínimo como ajuda de custo. Este pode permanecer na empresa até atingir a maioridade. É bem verdade que alguns

20

adolescentes após a maioridade são contratados (não há informações sobre a porcentagem dessas contratações).

Mensalmente cerca de 12 (doze) prontuários são levados pelas secretárias à sala de Serviço Social para a realização de desligamento por atingirem a maioridade. É bom ressaltar que o processo de desligamento também ocorre a pedido do próprio adolescente ou de seu responsável, pela avaliação dos profissionais da equipe e por contratação pela empresa.

Na data em que o adolescente completa 18 anos, o profissional de Serviço Social faz a seguinte anotação: *“Jovem foi desligado do estágio e do Programa por atingir a maioridade”*.

Após as anotações, os prontuários vão sendo arquivados, e não há mais contato com o jovem e/ou com a sua família, pois o Programa encerra aos 18 (dezoito) anos. Em poucos casos quando atingem a maioridade são encaminhados para as empresas contratarem.

21

CAPÍTULO II

A Adolescência como alvo de programas de controle da pobreza

2. 1- A ADOLESCÊNCIA:

Devido à diversidade de definições sobre a fase de Adolescência, determinar a idade padrão para seu início implica numa tarefa complexa, pois há divergências no aspecto etário, onde cada área em que se estuda o processo de mudanças e transformações, a faixa etária estipulada será diferenciada.

O termo é conceituado como *“período intermediário entre a puberdade e a idade adulta.”*⁸

É oportuno neste trabalho, diferenciar Puberdade de Adolescência.

O primeiro implica em mudanças corporais, e o segundo em modificações biológicas, psicológicas e sociais. Ou seja, o indivíduo na adolescência não se limita apenas às transformações corporais, mas adquire novos papéis sociais, vividos e compartilhados na conjuntura de seu país.

A Adolescência é uma das etapas de desenvolvimento humano assim como a infância, a idade adulta e a velhice.

De um modo geral, a Adolescência é o estágio em que todo ser

humano, independentemente de classe social, raça, religião, nacionalidade etc, vive em comum as transformações que dizem respeito às áreas biológica, psicológica e social.

Um primeiro aspecto a ser considerado nesse debate conceitual sobre a adolescência no Brasil é o de que não se pode abordá-la como uma realidade homogênea em todas as regiões e camadas sociais do País, marcado por grandes diversidades e desigualdades, em seus aspectos naturais, sociais e culturais.⁹

No Brasil, a construção histórica da questão da assistência aos adolescentes passou por alguns momentos, dentre eles a promulgação do Código de Menores de 1927, o qual buscava sistematizar a ação de tutela e coerção que o Estado passa a adotar. Com o Código, os “menores” são definidos como

⁸ Dicionário Enciclopédico *Veja Larousse*, 2006, p.46.

⁹ UNICEF, Relatório da Situação da Adolescência Brasileira, 2003

22

“delinquentes” e “abandonados”, as crianças e adolescentes não eram apresentados como sujeitos de direitos. Em 1941, nasce o SAM (Serviço de Assistência a Menores), subordinado ao Ministério da Justiça e ao Juizado de Menores do Distrito Federal. O SAM segue a lógica do sistema penitenciário adulto, com instituições para ressocialização através de coerção e possibilidade de reintegração a sociedade. Tem-se a vigência da Política Nacional do Bem-Estar do Menor (PNBEM) entre os anos de 1964 e 1988. Com o Golpe Militar em 1964, entra em vigor a ideologia da segurança nacional, apresentando à “menoridade” a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) que também segue a mesma lógica carcerária, buscando a ordem e moral da sociedade. A elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº. 8069, de 13/07/1990) determina transformar o estatuto da menoridade brasileira, principalmente quanto ao processo da exclusão social ou em conflito com a lei. Os programas e ações são criados não mais com base na ideologia do menor em situação irregular, mas na cidadania de proteção integral aos adolescentes. O ECA é elaborado para que haja um pleno desenvolvimento e a consolidação dos direitos de crianças e adolescentes. De acordo com o Estatuto, *Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.*¹⁰

Na década de 80 vivenciou-se o reaparecimento dos movimentos sociais que levaram o país a redemocratização, ocasionando a mudança da Constituição Federal. Entre os movimentos existentes, havia aqueles que lutavam pelo público infanto-juvenil, conquistando a inclusão dos artigos 227 e 228 na Constituição Federal. Eles procuraram romper uma concepção limitada do conceito de criança e adolescente, buscando uma representação que reconhece direitos e demanda política dos que ainda não atingiram a maioridade.

Com a Constituição Federal de 1988 e, posteriormente com a formulação e implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, muitas mudanças ocorreram em relação ao trato com a criança e o adolescente. A população infanto-juvenil passa ser vista como pessoas em desenvolvimento,

¹⁰ Estatuto da Criança e do Adolescente, Título I, Artigo 2º.

23

cujos direitos devem ser garantidos. E através de políticas públicas, tem-se ações propostas para as necessidades do adolescente.

Entretanto a redução da responsabilidade do Estado em relação às políticas sociais tem acarretado a deterioração dos Serviços Sociais públicos, comprometendo a cobertura universalizada, assim como a qualidade e equidade dos serviços. Então tem-se como opção, programas assistencialistas e seletivos de combate à pobreza. Sendo as ações sociais protegidas pelo *neoliberalismo*.¹¹ Depois que tal doutrina foi implementada no Brasil, houve sérias reformas na área econômica e na área social. As intervenções na área social são fragmentadas,

focalizadas, pontuais e seletivas, nas quais são eleitos os mais pobres dentre os pobres. São ações avessas ao conceito de cidadania.

A década de 90 foi marcada por baixos níveis de crescimento, deterioração das condições de trabalho e renda da população, firmando as desigualdades sociais¹² e também um redirecionamento das políticas sociais. O Brasil cresceu pouco nos anos 90, devido a uma onda de crise tanto econômica quanto fiscal do Estado onde o papel do Estado sofre uma profunda reformulação não somente em termos econômicos e funções reguladoras assim como de suas responsabilidades como provedor de políticas econômicas e sociais eficazes. Nesse contexto, as mudanças vêm trazendo fortes impactos sobre a organização e as condições de vida da família brasileira.

2.2- A FAMÍLIA:

A Adolescência é um processo que estende-se para o convívio familiar. A família é o espaço de socialização primária, ela imprime práticas e valores no indivíduo.

Ao pensar a família hoje, deve-se considerar as mudanças que ocorrem em nossa sociedade, como estão se constituindo as novas relações

¹¹ Tal doutrina surge na Europa e Estados Unidos após a 2ª. Guerra Mundial, baseada nos ideais de Hayek, como uma contestação de cunho político e ideológico ao Estado de Bem-Estar e às intervenções estatais no mercado. Utiliza como argumento contra a regulação social promovida pelo Estado que tal procedimento impede a competitividade positiva que a desigualdade entre os homens promovia, além de comprometer sua liberdade de escolha na forma de inserção no mercado (MOREIRA, 2002).

¹² Entende-se por desigualdade social, a distribuição desigual de renda e riqueza produzidas socialmente, sendo esta apropriadas por uma pequena parte da sociedade.

24

humanas e de que forma as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares (...) As mudanças que ocorrem no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo e, de forma particular, cada família conforme sua composição, história e pertencimento social.¹³

E mesmo com as transformações econômicas, políticas, sociais, éticas e culturais, a família continua sendo espaço privilegiado.

E como espaço privilegiado, a família constitui, por meio de políticas públicas adequadas, um condicionante para transformação da sociedade brasileira e alvo de políticas públicas para infância e adolescência.

A família extrapola a residência; ela “não é apenas uma unidade residencial, mas também [...] uma unidade econômica e jurídica. Ainda mais importante, é uma comunidade moral, no sentido de um grupo com o qual os membros se identificam e mantêm envolvimento emocional [...]”.¹⁴

O desenvolvimento do adolescente está vinculado à família, principalmente a seus pais. De acordo com o ECA,

“É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e convivência familiar e comunitária.”¹⁵

Na supra citação observamos que a responsabilidade pelo adolescente não é somente dos pais e da família. A responsabilidade é compartilhada entre o Estado, sociedade civil e família.

Segundo a instituição protagonizada (FIA) no TCC, a valorização da família implica no desenvolvimento de programas

que favoreçam as condições de convivência familiar evitando situações de afastamento de crianças e adolescentes de seus referenciais, como também de outras situações que firam os direitos previstos em lei. Todo investimento deve ser feito no sentido da melhoria da qualidade de vida das famílias, para que estas possam assegurar as suas crianças e adolescentes seus direitos fundamentais.¹⁶

A distribuição de renda no Brasil, uma das mais injustas do mundo, impulsiona a situação de pobreza que se encontra a família no país. Assim como em outros países, as transformações econômicas, políticas e sociais têm

¹³ SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em

mudança, 2002: 17.

14 BURKE, P. História e teoria social, 2000.

15 ECA, Título I, artigo 4º.

16 Missão Institucional, FIA, 2002.

25

impactado famílias. Podemos observar na Tabela a seguir como tais transformações impactaram a composição familiar.

Tabela

Mudanças na Composição Familiar e População Média por Domicílio

EUA – 1970-2000

Tipos de Família e População Média
por Domicílio

1970 1980 1990 2000

Casal com filhos 40,3 30,9 26,3 24,1

Chefes solteiros com parentes,

Inclusive filhos

10,6 12,9 14,8 16,0

Casal sem filhos 30,3 29,9 29,8 28,7

Outros tipos: não-famílias 1,7 3,6 4,6 5,7

Homens vivendo sozinhos 5,6 8,6 9,7 10,7

Mulheres vivendo sozinhas 11,5 14,0 14,9 14,8

Número Médio de Pessoas

Por Domicílio

3,1

2,8

2,6

2,6

Fonte: U.S. Census Bureau¹⁷

É importante ressaltar que nas diferentes classes sociais brasileiras, a família ideal/nuclear burguesa¹⁸ (pai, mãe e filhos) vive em conflito com a família real, que é diferente. A classe dominante impõe uma organização familiar que vai de encontro à realidade que vive as camadas populares²⁰ na sociedade brasileira.

Na família tradicional atribuíam-se ao pai a função de prover o sustento do grupo familiar e à mãe as funções de responder pelos cuidados e afetos dedicados às crianças. Eram o pai e a mãe os responsáveis pela seleção, organização e construção de regras e valores pensados aos filhos. Hoje, estas funções vêm sendo descentradas do núcleo tradicional. As crianças estão sendo entregues aos cuidados de tias, avós, babás, escolas, o que aumenta suas possibilidades de identificação.²¹

17 In: DAUSTER, Tânia. Uma infância de curta duração: Trabalho e Escola, 1992.

18 Sua configuração se dá em fins do séc. XVII e início do século XVIII.

20 O conceito de camadas populares abrange “setores ditos de baixa renda de uma sociedade complexa. As camadas populares são aquelas formadas por todos os setores de uma sociedade complexa que não detêm o capital cultural e lingüístico tido como legítimo – aquele detido pela classe média – o que faz com que sua inserção no mercado de trabalho seja precária e sua renda, baixa” (NICOLACI-DA-COSTA, 1987)

21 AMAZONAS, M^a. Cristina Lopes de Almeida et alli. Arranjos Familiares de crianças das camadas populares, 2003: 12.

26

Apesar das mudanças a sociedade persiste no modelo ideal, no entanto os papéis dos pais alteram-se, o pai cuida dos filhos e a mãe trabalha fora. Na sociedade contemporânea as mudanças socioeconômicas alteram o vínculo familiar. A família se satisfaz com outrem fora do núcleo. *A unidade familiar é porosa, perpassada por outros grupos (de vizinhança, de parentela), e regida por uma dinâmica social que pouco tem em comum com a do modelo moderno.*²²

Nas famílias das camadas populares existem as redes de parentesco e solidariedade. *A solidariedade é uma forma de enfrentar a condição social, é uma estratégia de sobrevivência.*²³

As condições financeiras, o aumento do número de separações, de casamentos tardios, de nascimento fora do casamento, famílias com apenas um dos pais e o aumento da proporção de mulheres no mercado de trabalho por exemplo, contribuem para o afastamento do modelo ideal de família.

2.3- FAMÍLIA EMPOBRECIDA:

A concentração e a má distribuição de renda gera a desigualdade social no país. É bem verdade que o Brasil é um país em desenvolvimento. No entanto, esse progresso refere-se ao desenvolvimento econômico e não ao de crescimento social, acentuando os altos níveis de pobreza.

No Brasil, o Estado não oferece infra-estrutura necessária para o desenvolvimento socioeconômico da maior parte da população e a situação social e econômica das famílias agravam-se à medida que não há investimento por parte do Governo no sentido de diminuir a desigualdade social.

O Assistente Social vinculado, no exercício profissional, as organizações estatais, paraestatais, ou privadas, dedica-se ao planejamento, operacionalização e viabilização dos serviços sociais à população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização e viabilização do funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. Do ponto de vista da demanda, o Assistente Social é chamado a constituir-se no agente

22 BURKE, P. História e teoria social, 2000.

23 AMAZONAS, M^a. Cristina Lopes de Almeida et alli. "Arranjos Familiares de crianças das camadas populares", 2003, p.19.

27

intelectual de "linha de frente" nas relações entre instituição e população, entre os serviços prestados e a solicitação desses mesmos. Dispõe do poder, atribuído institucionalmente, de selecionar entre os que têm ou não direito de participar de programas propostos, discriminando, entre os elegíveis, os mais necessitados, devido à incapacidade da rede de equipamentos sociais de atender a todo público que, teoricamente, tem direito a eles. Deriva daí, a existência e exigência da "triagem" ou "seleção sócio-econômica" e das visitas domiciliares, em que o Assistente Social é chamado a exercer a função de "fiscalizador da pobreza", comparando-a com dados objetivos, evitando que a instituição caia nas "armadilhas" da conduta popular de "encenação da miséria." 24

O aprofundamento da desigualdade social no Brasil, vem se agravando desde os anos 80, associado à renda e também a questões referentes à saúde e à educação.

Algumas sociedades, como a brasileira, as condições de subsistência das famílias são determinadas por seu nível de rendimentos. Nos anos 90 com a redução e a precarização dos postos de trabalho, o aumento do desemprego e a queda no rendimento médio dos trabalhadores, a pequena melhoria de rendimentos ocorrida com a população ocupada, não propiciou melhor distribuição de renda ou diminuiu significativamente a proporção de trabalhadores em condições de pobreza. Nesse contexto, a família continuou sendo afetada pela insuficiência de renda.

(...) os direitos sociais no Brasil até hoje traduzem-se em políticas e programas sociais que se dirigem a dois públicos distintos: os cidadãos e os pobres. Cidadãos são aqueles que, por exemplo, estão cobertos por um sistema de proteção social ao qual têm direito porque contribuem para com ele. Os pobres são aqueles que, por não apresentarem capacidade contributiva, uma vez que nem sequer apresentam capacidade de formas autônomas de garantia de patamares mínimos de sobrevivência, são alvo de políticas e programas sociais de caráter filantrópico e/ou focalizado em determinados grupos reconhecidos como mais carentes e "socialmente mais vulneráveis".25

O pobre para a sociedade capitalista contemporânea, geralmente é definido como aquele que não tem renda, recursos, um determinado nível de educação, de saúde, um padrão de moradia, ou por não receber o bastante para

24 IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional, 2001:100-101.

25 COHN, Amélia. A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania, 2000.

28

se alimentar pelo menos, 2 mil calorias diárias – recomendação da Organização de Saúde – OMS.

Geralmente a pobreza é conceituada e reduzida à falta ou insuficiência de renda para satisfazer as necessidades básicas. Mas esta

é uma definição simplista e reducionista em dois aspectos: 1) reduz pobreza à ausência ou insuficiência ou de renda, não considerando outros aspectos necessários à reprodução da vida humana; 2) relaciona o padrão de pobreza ao mínimo necessário à sobrevivência.²⁶

As famílias das diferentes classes sociais brasileiras estão sendo do consideradas em algumas literaturas como “desorganizadas/desestruturadas” por se diferenciarem da família ideal. E as famílias das camadas populares consideradas

como a única responsável pelo fracasso escolar e adaptativo das crianças. Mais ainda, ela aparece também como fonte da violência, do abandono de crianças e da marginalidade dos jovens, ou seja, a família é responsável pelo que aparece como fracasso moral dos seus membros.²⁷

As famílias das camadas populares não podem ser culpabilizadas pelo “fracasso moral dos seus membros”, inclusive serem qualificadas como desestruturas por não seguirem o modelo padrão - família ideal. É bem verdade que estas se diferenciam deste porque a realidade na qual se deu sua organização, era composta pelas desigualdades, preconceitos, exclusões e violência. Enfim a organização da família das camadas populares se deu num contexto histórico diferenciado.

A fase de desenvolvimento industrial com a expansão urbana trouxe graves problemas de moradia para a população, que em busca de uma vida melhor, se afastava dos amigos, familiares e de suas referências. Ocasionalmente assim a aglomeração destas, a instabilidade dos empregos e conseqüentemente o desemprego dos homens, os quais colaboraram para as diferentes organizações da família, inclusive a significativa participação das mulheres no mercado de trabalho.

²⁶ BOSCHETTI, Ivanete. Assistência Social no Brasil: Um direito entre originalidade e conservadorismo, 2001:69.

²⁷ MELLO, Sylvia Leser de. Família, perspectiva teórica e observação factual, 2000: 57.

29

Dentro de uma comunidade de baixa renda, os laços de solidariedade são muito fortes. O(s) responsável(s) devido ao trabalho precisa(m) deixar seus filhos sob a proteção de outrem, comumente ficam com os avós, tios ou até com vizinhos. É comum os filhos passarem a morar com outros parentes por motivos financeiros, por escolha ou falta de tempo de seus responsáveis. É importante ressaltar que os motivos para as modificações na família não se restringe apenas a fatores econômicos, como a urbanização e a entrada da mulher no mercado de trabalho; ou demográficos, como a queda das taxas de fecundidade. As famílias continuam a ser determinadas por fatores culturais, ideológicos e políticos.

2.4- ADOLESCÊNCIA E TRABALHO:

Geralmente o adolescente que entra no mercado de trabalho é de família pobre. Sua inserção precoce tem a intenção de ajudar no orçamento familiar e satisfazer suas próprias necessidades.

O desemprego e o baixo salário são reflexos da globalização da economia e o seu reatamento no mercado de trabalho, no qual o modelo de desenvolvimento econômico tem caráter concentrador e excludente, impossibilitando a garantia dos direitos por lei.

Dentre os novos papéis que o adolescente adquire após a infância, há a escolha profissional que implica em seu ensino escolar. No Brasil há necessidade de melhoria do sistema público de ensino, pois grande parte do sistema de ensino é deficiente: a falta de professores e manutenção de estabelecimentos, são alguns exemplos. E para adentrar no mercado de trabalho (...) é necessário ter a escolaridade mínima exigida – que não é mais o ensino fundamental; hoje já se solicita dos candidatos o Ensino Médio completo. Exigem-se também o conhecimento de informática e o domínio de uma língua estrangeira, dependendo do emprego que esteja procurando e, sobretudo, experiência, que, para aqueles que procuram o

primeiro emprego, é um requisito difícil de ser cumprido. 28

Quanto à efetivação das leis protetoras a esses adolescentes, o ECA prevê:

28 ABRAMO, FREITAS, SPOSITO (orgs). Juventude em debate, 2000:19.

30

Art. 69. O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

I- respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;

II- capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.²⁹

De acordo com o ECA, ao adolescente trabalhador, *é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.*³⁰

É oportuno abordar neste trabalho fazer um contraponto de alguns artigos da Lei do Jovem Aprendiz com o PTE:

Art. 403 - É proibido qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

(.....)

Art. 428 - § 1º. A validade do contrato de aprendizagem pressupõe anotação na Carteira de trabalho e Previdência Social, matrícula e frequência do aprendiz à escola, caso não haja concluído o ensino fundamental, e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido sob orientação de entidade qualificada em formação técnico profissional metódica.

(.....)

§ 4º. A formação técnico-profissional a que se refere o caput deste artigo caracteriza-se por atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

(.....)

Art. 430 - § 2º. Aos aprendizes que concluírem os cursos de aprendizagem, com aproveitamento, será concedido certificado de qualificação profissional.

(.....)

Art. 432- A duração do trabalho do aprendiz não excederá de seis horas diárias, sendo vedadas a prorrogação e a compensação de jornada.

§ 1º. O limite previsto neste artigo poderá ser de até oito horas diárias para os aprendizes que já tiverem completado o ensino fundamental, se nelas forem computadas as horas destinadas à aprendizagem teórica.³¹

O PTE atende adolescente a partir de 14 (quatorze) anos de idade, mas conforme sua escolaridade, o Serviço Social o encaminha para cursos profissionalizantes na comunidade. E somente a partir de 15 (quinze) anos ou prestes a completá-los ele realiza o treinamento e, após é encaminhado para estágio laborativo. Não há Contrato de Trabalho nem anotação na Carteira de Trabalho como prevê a Lei Jovem Aprendiz. A relação do adolescente com a

²⁹ ECA, Capítulo V, Artigo 69.

³⁰ ECA, Capítulo V, artigo 60.

³¹ Lei do Jovem Aprendiz, nº.10.097 de 19/12/2000.

31

empresa é através do Convênio de Cooperação com a FIA, com duração de no máximo 2 (dois) anos. O adolescente que participa do PTE não se profissionaliza, ele não recebe nenhum certificado. Ou seja, ele realiza um treinamento e após é encaminhado para as empresas/instituições. Enquanto a carga horária do Jovem Aprendiz é de 6 a 8 horas, a do PTE é de 4 horas. Essas são as principais características que contrapõem o PTE da Lei Jovem Aprendiz.

O adolescente não pode substituir a escolarização pela aprendizagem. Durante essa idade ele deve priorizar a vida educacional. A obrigatoriedade de satisfazer as necessidades dele e de sua família, pode influenciar em seu crescimento profissional.

Uma família que se baseia na articulação entre trabalho e o trabalho remunerado, mas que, reiterada, embora intermitentemente, termina por recorrer ao trabalho feminino remunerado e, dada à precariedade deste,

ao trabalho das crianças e jovens, ao mesmo tempo em que busca prolongar a escolarização dos filhos (...)³²

Nas famílias das camadas populares os filhos representam, em sua maioria, ao invés de despesas, ganhos econômicos, maior força de trabalho.

Nas famílias de baixa renda, a reprodução da violência e da miséria e a legitimidade do preconceito em que a criança/adolescente é tido como uma ameaça à ordem, têm fortalecido o ato para exploração da mão-de-obra infantil.

Grande parte das políticas públicas direcionadas aos jovens parece estar apoiada nessa retórica que ressalta a ameaça representada pela juventude, com constante reforçamento da idéia do jovem como exposto a uma série de riscos próprios a sua fase, os quais podem ser internos (crise identitária) ou externos (violência).³³

É destino do público infanto-juvenil de baixa renda, que tem dificuldades de acesso a educação, a qualificação profissional, sofrerem diversas formas de preconceito.

Enfim, a pobreza, o desemprego e principalmente a falta de perspectiva têm levado muitos jovens brasileiros para a criminalidade, contribuindo

* Em anexo

³² BILAC, E. D. 1995:47. In AMAZONAS, M^a. Cristina Lopes de Almeida et alli. "Arranjos Familiares de crianças das camadas populares", 2003.

³³ LYRA, Jorge et alli. A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete, 2002:11.

32

para o crescimento da violência, da qual eles têm-se tornado vítimas, principalmente nos bairros mais pobres onde se concentram.

33

CAPÍTULO III

O universo pesquisado, suas implicações e aspectos metodológicos

3.1- INSTITUIÇÃO

A pesquisa foi realizada na FIA da Unidade Leste Fluminense no Bairro Barreto em Niterói. A Sede dessa instituição está localizada no Bairro de Botafogo na cidade do Rio de Janeiro.

A FIA possui 185 Unidades Conveniadas por Pólos e 27 Unidades Próprias, distribuídas pelo Estado. Tem parcerias com Órgãos Públicos e Federais, Empresas Privadas e outros.

A instituição possui os seguintes Programas: Aluno Residente, Programa de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Risco na Rua, Programa de Atenção a Crianças e Adolescentes Usuários de Drogas, Programa de Atenção a Crianças e Adolescentes Vítimas de Maus Tratos, Programa Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, Desinstitucionalização das Unidades de Abrigo, SOS Crianças Desaparecidas, Programa Procuvo Minha Família, Programa de Complementação do Horário Escolar - Curumim, Programa Educação pelo Trabalho, Programa Atenção a Crianças e Adolescentes Portadores de Deficiência, Programa Atenção a Saúde, Programa Diversão e Artes, Programa de Nutrição e Programa Arquivo História Viva.³⁴

Foi escolhida esta instituição devido à inserção da autora como estagiária de Serviço Social no Programa Trabalho Educativo que, como já fora dito é um subprograma do Programa Educação pelo Trabalho.

3.2 – PARTICIPANTES:

Jovens que participaram e participam do Treinamento e Estágio Laborativo do Programa Trabalho Educativo.

³⁴ Missão Institucional, FIA, 2002.

34

3.3 – PROCEDIMENTOS:

Para realizar a pesquisa, fizemos entrevistas utilizando dois tipos de questionários semi-estruturados*:

A) Um para os adolescentes desligados do Programa por maioria, o qual visa as conseqüências sofridas após o desligamento.

B) E outro para os adolescentes que estão prestes a serem desligados. Este visa a perspectiva do adolescente em relação ao seu desligamento. Esta foi uma forma que possibilitou com mais rapidez o conhecimento das experiências vivenciadas.

3.3.1 – ADOLESCENTES DESLIGADOS:

Para selecionar os adolescentes desligados do Programa estipulamos como critério o período de desligamento do Programa Trabalho Educativo – Janeiro de 2004 a Dezembro de 2006 – abrangendo a faixa etária de 18 (dezoito) a 21 (vinte e um) anos. Selecionamos para a entrevista 36 jovens, sendo 1 (um) adolescente desligado por mês em cada ano.

A seleção dos entrevistados foi através dos prontuários, os quais foram acessados pela estagiária. Alguns critérios foram considerados, como por exemplo, adolescentes que pegassem apenas uma condução para o local da entrevista; que tivessem telefone residencial, pois o contato seria imediato com o responsável ou o próprio jovem. Os contatos foram realizados pela estagiária, através de telefonemas na própria instituição.

Com a escolha desse critério analisaríamos a proposta do programa, traçaríamos um perfil aos treinandos e se os adolescentes ingressaram no mercado de trabalho.

3.3.2 – ADOLESCENTES PRESTES A SEREM DESLIGADOS:

Os adolescentes selecionados tinham 17 (dezesete) anos de idade.

Como critério tivemos o período de Junho a Dezembro de 2007, semestre no qual

* Em anexo

35

atingiriam a maioria. Selecionamos 12 (doze) adolescentes, sendo 2(dois) para cada mês.

A seleção dos que seriam desligados, também fora feita pelo acesso aos prontuários pela estagiária. Tivemos como critérios os mesmos dos que foram desligados.

Após, elaboramos duas listas com os nomes dos adolescentes e jovens, o período de desligamento e o número telefônico. Depois fizemos os contatos telefônicos com os jovens desligados e os adolescentes prestes a serem desligados. Estes contatos foram realizados na segunda quinzena do mês de Maio de 2007. Foram feitos dois contatos, um para apresentar a proposta do Programa e convidá-lo para participar da pesquisa, o outro para os jovens e adolescentes que se interessaram pela pesquisa, confirmar a data e local da entrevista.

A aplicação de ambos os questionários ocorreu no final do mês de Maio e início do mês de Junho na sala de Serviço Social do Programa Trabalho Educativo.

3.4 – AS DIFICULDADES:

Os recursos materiais existentes são obsoletos e sem qualquer tipo de manutenção. O computador que há no Programa não está funcionando, apesar das várias solicitações para o conserto. A falta de recursos humanos e materiais acarretou em certa dificuldade com relação ao acesso aos prontuários dos adolescentes que participam e participaram do Programa.

As maiores dificuldades foram para os arquivos dos anos de 2004 e 2005, não estavam bem organizados. Já os arquivos dos anos de 2006 e 2007 foi fácil o acesso por serem mais recentes.

A Assistente Social do Programa, e também Supervisora da estagiária protagonista desta pesquisa, afirmava não ter tempo disponível para ajudar na pesquisa. Pois como já foi mencionado, há 1 (uma) profissional de Serviço Social para atender todas as demandas do Programa. No entanto, ela deu liberdade para realizá-la, inclusive na semana dos contatos telefônicos.

36

Dos 48 (quarenta e oito) contatos telefônicos pretendidos, apenas 14 (quatorze) adolescentes/jovens apareceram. Atribuímos em parte às dificuldades

que encontramos para entrar em contato com jovens, pois já estavam desligados há algum tempo e os dados dos prontuários encontraram-se desatualizados. Como o contato foi por telefone é plausível que este seja um elemento bastante mutável, porém, não havia como utilizarmos outra forma de contato, pois, sendo um trabalho de conclusão de curso não há verba de nenhuma espécie para convocação por carta ou telegrama. Quanto aos adolescentes que participavam do Programa, a principal dificuldade foi o tempo disponível, pois o horário do estágio laborativo, nas empresas/instituições, somado com o horário escolar dificultava a vinda dos adolescentes ao Programa, inclusive algumas entrevistas foram realizadas com a dispensa mais cedo do estágio.

A quantidade de adolescentes e jovens que compareceram a entrevista não influenciou negativamente na elaboração da pesquisa, pois, a quantidade de adolescentes/jovens não é o fator principal para o tipo de pesquisa a qual nos propomos, mas sim as informações fornecidas através da entrevista.

3.5 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS ADOLESCENTES DESLIGADOS

É importante ressaltar que a vivência da estagiária durante os 4 (quatro) períodos, influenciou na análise dos resultados dessa pesquisa. Ou seja, a análise não limitou-se somente as entrevistas realizadas com os 14 (quatorze) adolescentes/jovens, uma vez que tínhamos os diários de campo, e relatórios da disciplina, o que nos facilitou a sistematização dos dados, constantes nas Referências Bibliográficas ao final.

37

Gráfico nº I

Faixa Etária Atual dos Adolescentes

Desligados

25,0%

37,5%

37,5%

19 anos 20 anos 21 anos

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Em relação ao contato dos jovens desligados, observamos no

Gráfico I, que os jovens com 21 anos, o contato foi mais difícil. Quanto maior a idade, mais difícil o contato, pois, possivelmente estão trabalhando e com uma sobrecarga maior de responsabilidades, aliado ao fato de alguns dados, como já foram mencionados, estarem desatualizados, em decorrência do tempo de desligamento.

Gráfico II

Sexo dos Adolescentes Desligados

75%

25%

Masculino Feminino

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Há predominância do sexo masculino (75%) no Programa porque as empresas/instituições resistem ao sexo feminino. Uma possibilidade de análise seria a probabilidade das adolescentes engravidarem precocemente, e, no Acordo de Cooperação (Convênio) não está previsto o compromisso com adolescentes

38

em situação de gravidez, o que seria um complicador a ser evitado. Contudo, em relação ao público atendido no programa, não há prevalência do sexo masculino, nem tão pouco de sexo feminino, mas há uma equivalência de ambos quanto a procura do PTE.

Gráfico III

Grau de Escolaridade Atual dos Adolescentes Desligados

87,5%

12,5%

Ensino Médio incompleto Ensino Superior incompleto

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

No Gráfico III, 87,5 % dos jovens estão concluindo o Ensino Médio. Os participantes do Programa acreditam que os estudos ajudam a entrar para o Mercado de Trabalho. Neste sentido, observamos que a proposta da FIA tem atingido um de seus objetivos – a permanência na escola.

Gráfico IV

Continuidade nos estudos após o desligamento do Programa

25%

50%

25%

Ano de 2004 Ano de 2005 Ano de 2006

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Uma condicional para o adolescente permanecer no Programa é o vínculo escolar, no entanto, percebe-se no Gráfico IV, durante o ano de 2005, 39

que 50% dos jovens continuaram a estudar mesmo após o desligamento. É importante destacar que alguns adolescentes concluíram os estudos concomitante ao desligamento. Quanto aos adolescentes prestes a serem desligados, todos os entrevistados disseram que pretendem continuar a estudar, nesses casos, pelo menos, concluírem o Ensino Médio.

Gráfico V

Mercado de Trabalho

87,5%

12,5%

Conseguiram inserção Não conseguiram inserção

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Observamos que 87,5% adentraram ao Mercado de Trabalho.

Exercendo profissões como atendente, operador de caixa, operador de telemarketing, office boy entre outras. Os 12,5% alegaram preferência em terminar os estudos para posteriormente trabalhar. Ou seja, o lugar para essa força de trabalho é em setores destinados aos oriundos das famílias trabalhadoras, que não poderão ser triados para Universidades públicas, que demandam maior tempo para preparação e mesmo para realizar os cursos, em grande maioria em tempo integral.

40

Gráfico VI

Tipos de Empregabilidade dos adolescentes após o desligamento

25%

25% 25%

25%

Atividade irregular

Contrato de Trabalho com carteira assinada

Prorrogação por contrato de trabalho na própria empresa

Outros

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Apesar de 87,5% (Gráfico V) conseguirem trabalho após o desligamento, o Gráfico VI mostra a diversidade de ocupações, inclusive, a atividade irregular, a qual não está sob a proteção da lei. Um ponto negativo é que não estando sob a proteção da lei esta mão-de-obra facilmente sofrerá a degradação no mercado de trabalho e o seu futuro não mostra-se promissor com o passar do tempo.

Gráfico VII

Adolescentes que participaram de cursos profissionalizantes durante o Programa

37,5%

62,5%

Participaram Não participaram

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

No Gráfico VII a alta representatividade de 62,5% de adolescentes que não participaram de cursos durante o Programa, refere-se muitas vezes ao tempo disponível, pois estudam e ou trabalham. E pelo menos 37,5% conseguiram estudar, estagiar e realizar o curso.

41

Gráfico VIII

Empregabilidade dos pais/ responsáveis dos adolescentes

87,5%

12,5%

Trabalham Não trabalham

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Algumas famílias dos adolescentes viviam com a complementação da renda originada pela verba que os bolsistas recebiam da empresa/instituição. Cabe ressaltar que a maioria dos pais/responsáveis trabalhavam (87,5%). Portanto, depreende-se que as remunerações desta família eram baixas, independente do vínculo, como mostra o Gráfico IX, a renda familiar mostra-se bastante heterogênea.

Gráfico IX

Condições Sócio-econômicas dos adolescentes desligados

25%

25% 25%

25%

Até 1 salário mínimo De 1 a 2 salários mínimos

De 2 a 3 salários mínimos Mais de 3 salários mínimos

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

42

Gráfico X

Discurso sobre a experiência no Programa

50,0%

12,5% 12,5%

25,0%

"Muito bom para o crescimento profissional"

"Aprendi a me comportar no dia-a-dia e no trabalho"

"É uma oportunidade de trabalho"

"Ajudou a não me envolver com a criminalidade"

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

No Gráfico X, as mudanças em relação ao comportamento no dia-adia e na empresa/instituição tiveram a representatividade de 50% em relação a experiência vivenciada no Programa. Enquanto "trabalhar" fica em segundo plano. Como caso ilustrativo do Gráfico X, citamos uma redação desenvolvida durante o Treinamento do PTE no ano de 2005, pelo adolescente A.L.P. de 15 anos de idade, o qual discorre sobre sua participação no Programa.

"O que foi o PTE

Para mim, o PTE foi mais de que um treinamento para saber como se portar em um ambiente de trabalho, foi um aprendizado para a vida.

Quando cheguei, fiquei desconfiado e desanimado de ter que de segunda à sexta pegar 2 ônibus para vir, assistir uma aula diferente do que eu conhecia e depois usar o mesmo trajeto para voltar para a casa. Admito que por um momento pensei em desistir pelo fato da rotina estar muito puxada e por toda a responsabilidade de cada curso que ainda faço. Mas algo em minha mente, lá no fundo, dizia:

'continue, pois você não irá se arrepender'. E assim, decidi continuar. E aos poucos fui percebendo as vantagens que o PTE estava me trazendo. Primeiro, que meus horários estavam bem mais organizados e depois com o passar do tempo, fui descobrindo a importância deste treinamento. Não aprendi só a me portar em uma empresa mas também a como tratar melhor as pessoas, como me

43

alimentar melhor, como ajudar ao próximo e outras muitas coisas para ser um bom cidadão. E acima de tudo, aprendi o valor de uma amizade. E agora, que estou terminando o treinamento, digo que o PTE foi uma grande formação para eu ser um ótimo profissional e, mais do que tudo para eu ser um grande homem”.

3.6– ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS ADOLESCENTES PRESTES A SEREM DESLIGADOS

Gráfico XI

Discurso sobre a certeza da inserção no Mercado de Trabalho

33%

17% 17%

33%

"O estágio me ajudará a conseguir emprego"

"A própria empresa me contratará"

"Terminando os estudos, farei concurso público"

"Já tem vaga me esperando em outra empresa"

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Apesar da diversidade das formas de ingressarem no Mercado de Trabalho, os adolescentes em sua totalidade, têm certeza que serão empregados. E como mostra no Gráfico XII, a perspectiva é variada e otimista, apesar da eminência do desligamento do Programa. Ou seja, se sentem preparados e confiantes para enfrentar o mercado de trabalho e de certa maneira já têm perspectiva para as próximas etapas a serem cumpridas, como trabalhadores ou como estudantes.

44

Gráfico XII

Perspectiva em relação ao desligamento do Programa

33%

17%

33%

17%

"A experiência adquirida ajudará minha vida profissional"

"Boa, pois serei contratado"

"Ter outras oportunidades para trabalhar"

"Já tem uma vaga me esperando"

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Diferentemente do que a autora imaginava, inicialmente, a perspectiva não é de lamento ou de tristeza pela bolsa que não mais ajudará nas despesas. Pelo contrário, consideram que a experiência adquirida será favorável a sua futura contratação.

45

Gráfico XIII

Pretensão em realizar cursos após o desligamento

83%

17%

Pretendem Não pretendem

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Observamos no Gráfico XIII que 83% dos adolescentes que serão desligados pretendem se qualificar profissionalmente. Durante as entrevistas demonstraram interesse em fazer cursos como informática, língua estrangeira e preparatório para realizarem concurso público. Ou seja, eles sabem o que poderá possibilitar um novo emprego, pois, estavam, de certa forma, inseridos no mundo do trabalho, conhecendo as regras de conduta e os atributos desejáveis nas empresas/instituições possíveis empregadoras.

46

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adolescência no Brasil vem sendo construída de maneira heterogênea, no sentido que a desigualdade social exacerbada no país acentua

cada vez mais nas transformações das famílias, principalmente a família empobrecida, que fragilizada pelo processo e pelas mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais é, de modo geral, culpabilizada por reproduzir a violência, a miséria e a criminalidade no país. Por sua vez, a pedagogia da exclusão (Gentile:1997) consiste, em convencer a vítima de que as oportunidades lhes foram dadas, porém, ela não soube aproveitá-las.

Nesse contexto, o adolescente é afetado, influenciando assim em suas atitudes, comportamentos, expectativas, o que reflete-se diretamente na escola, local privilegiado de sua escolarização.

O presente estudo abordou um programa em que o adolescente participante cria novas expectativas, principalmente quanto ao seu futuro profissional.

Através da pesquisa verificamos que o adolescente após ser desligado do programa, adentra no mundo do trabalho. E com os resultados obtidos percebemos que em pelo menos 25% dos casos, exercem atividades irregulares, sem a proteção da lei, portanto, debaixo do arbítrio, que é o lugar destinado aos filhos das famílias trabalhadoras no mercado de trabalho.

Apesar das dificuldades em relação aos recursos materiais, físicos e humanos, o Serviço Social, mesmo com todas as demandas, tem viabilizado o acesso da população aos serviços sociais, implicando numa seleção focalizada. O Assistente Social sofre as conseqüências da redução de recursos para a área Social, comprometendo assim a cobertura e equidade dos serviços prestados.

Dada a importância do Programa, o estudo visa contribuir para sua melhoria, sua ampliação e contribuição ainda maior para a família e sociedade.

Portanto, a autora sugere um aumento do quadro de profissionais de Assistência Social e novos estudos quanto a adequação dos recursos e ampliação de verbas .

47

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Leis, Documentos, Relatórios etc.

BRASIL, 1990. Lei 8069. *Estatuto da Criança e do adolescente*. Brasília. DF: Senado Federal.

BRASIL, *Constituição da República Federativa do Brasil*. 29 ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2002.

Diários de Campo da Disciplina Orientação e Treinamento Profissional da Área Infância e Juventude. Escola de Serviço Social/UFRJ, 2005-2006.

Estatuto da Federação do Patulheirismo, 1981.

Lei do Jovem Aprendiz, nº. 10.097 de 19/12/2000.

Missão Institucional FIA - Fundação para a Infância e Adolescência, 2002.

Programa Educação pelo Trabalho – FIA, mimeo, s/d.

Programa Trabalho Educativo – FIA, mimeo, s/d.

Relatório Anual FIA - Fundação para a Infância e Adolescência, 2006.

Relatórios da Disciplina Orientação e Treinamento Profissional da Área Infância e Juventude. Escola de Serviço Social/UFRJ, 2005-2006.

UNICEF, Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Relatório da Situação da Adolescência Brasileira*, 2003.

48

Livros

ABRAMO, H; FREITAS, M.V. e SPOSITO, M. P. (orgs). *Juventude em debate*. São Paulo: Cortez (co-edição Ação Educativa), 2000.

BOSCHETTI, Ivanete. *Assistência Social no Brasil: Um direito entre originalidade e conservadorismo*. Brasília: Ivanete Boschetti, 2001.

BURKE, P. *História e teoria social*. São Paulo: Unesp, 2000.

CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília. *Adolescência*. Belo Horizonte: UFMG, Proex-UFMG, 2000.

CARVALHO, Inaiá Maria Moreira de. & ALMEIDA, Paulo Henrique de. *Família e Proteção Social*. São Paulo em Perspectiva, 17(2): 109-122, 2003.

COHN, Amélia. "Questão Social e direitos sociais: cidadania e trabalho" (item: A questão social no Brasil: a difícil construção da cidadania) in: Mota, C. G. (org.). *Viagem incompleta. A experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo, Senac/Sesc, vol 2, 2000.

Dicionário Enciclopédico Veja Larousse, 2006.

FONSECA, Cláudia. *Crianças em Circulação, Ciências Hoje*, nº. 66, vol. 11, São Paulo: Cortez, 1990.

GENTILE, Pablo (org). *Pedagogia da exclusão: crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis: Vozes, 1997.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 5ª. ed. São Paulo, Cortez, 2001.

49

MELLO, Sylvia Leser de. Família, perspectiva teórica e observação factual. In: A família contemporânea em debate (org. Maria do Carmo Brant). São Paulo: Cortez, 2000

NICOLACI-DA-COSTA, Ana Maria. *Sujeito e cotidiano: um estudo da dimensão psicológica do social*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

PEREIRA JR, Almir et al. *Os impasses da cidadania – Infância e Adolescência no Brasil*. Rio de Janeiro, IBASE, 1992, p. 13-35.

PEREIRA, Potyara. *Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*. São Paulo, Cortez, 2000.

Periódicos

AMAZONAS, M^a. Cristina Lopes de Almeida et alli. "Arranjos Familiares de crianças das camadas populares". In *Psicologia em Estudo*. Maringá, v.8, num. Esp., p.11-20, 2003.

DAUSTER, Tânia. *Uma infância de curta duração: Trabalho e Escola*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº.82, agosto de 1992.

LYRA, Jorge et alli. "A gente não pode fazer nada, só podemos decidir sabor de sorvete". In *Adolescentes: de sujeito de necessidades a um sujeito de direitos*. Cad. Cedes, Campinas, v. 22, n. 57, agosto/2002, p.9-21.

SZYMANSKI, H. "Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança". In *Serviço Social e Sociedade*, nº. 71, ano XXIII, setembro 2002.

50

YAZBEK, Maria Carmelita. "Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social". In *Revista Serviço Social e Sociedade* nº. 56, São Paulo: Cortez, março/1998.

_____. *Terceiro setor e despolitização*. Revista Inscrita. Nº. 6. Rio de Janeiro: CFESS, 2000, p. 13-18.

51

ANEXOS

Anexo I – Questionário A: para adolescentes desligados do Programa

Anexo II – Questionário B: para adolescentes prestes ao desligamento do Programa

Anexo III – Tabelas

Anexo IV – Ficha de Cadastro do Programa Trabalho Educativo/Barreto

Anexo V – Convênio de Cooperação da FIA

52

ANEXO I

Questionário A

1- Qual a sua idade? _____

2- Qual o seu sexo? _____

3- Em que ano ocorreu o seu desligamento do Programa Trabalho Educativo? _____

4- Você continuou os estudos após ser desligado do Programa? _____

5- Conseguiu trabalhar quanto tempo após ter deixado o Programa? Justifique o que aconteceu para levar esse tempo sem trabalhar.

6- Qual o seu grau de escolaridade atualmente?

☐ Ensino Fundamental incompleto

☐ Ensino Fundamental completo

☐ Ensino Médio incompleto

☐ Ensino Médio completo

☐ Ensino Superior incompleto

7- Você fez curso durante o período em que participou do Programa?

☐ Sim ☐ Não

Qual(is)? _____

8- Você fez curso após o desligamento do Programa?

☐ Sim ☐ Não

Qual(is)? _____

53

9- Você trabalha?

☐ Sim ☐ Não

Qual atividade? _____

Qual empresa/instituição? _____

Renda mensal: _____

10- Mora com: ☐ pai - TRABALHA? ☐ sim ☐ não

Profissão/ocupação: _____

☐ mãe - TRABALHA? ☐ sim ☐ não

Profissão/ocupação: _____

☐ cônjuge/companheiro - TRABALHA? ☐ sim ☐ não

Profissão/ocupação: _____

☐ irmãos -

☐ outros parentes-

☐ filhos - Qtos? _____

☐ Sozinho

Qtos? _____

Qtos trabalham? ☐ não trabalha(m)

1()- Profissão/ocupação: _____

2()- Profissão/ocupação: _____

3()- Profissão/ocupação: _____

Qtos? _____

Qtos trabalham? ☐ não trabalha(m)

1()- Profissão/ocupação: _____

2()- Profissão/ocupação: _____

3()- Profissão/ocupação: _____

54

11- Tipo de moradia:

☐ casa própria

☐ cedida

☐ alugada – R\$: _____

() outros _____

12- Número de cômodos: _____

13- Renda Familiar: _____

14- Como avalia sua experiência?

15- O que considera importante falar sobre sua experiência no Programa para quem lê o resultado da pesquisa?

Data: ____/____/____

Visto do entrevistador

55

ANEXO II

Questionário B

1- Quando fará 18 anos? _____

2 - Você pretende continuar os estudos após o desligamento do Programa?

3- Você acredita que conseguirá trabalho logo após ter deixado o Programa?

Justifique sua resposta.

4- Qual o seu grau de escolaridade atualmente?

() Ensino Fundamental incompleto

() Ensino Fundamental completo

() Ensino Médio incompleto

() Ensino Médio completo

() Ensino Superior incompleto

5- Você faz ou fez curso durante sua participação no Programa?

() Sim () Não

Qual(is)? _____

6- Você pretende fazer curso após o desligamento do Programa?

() Sim () Não

Qual(is)? _____

56

7- Mora com: () pai - TRABALHA? () sim () não

Profissão/ocupação: _____

() mãe - TRABALHA? () sim () não

Profissão/ocupação: _____

() cônjuge/companheiro - TRABALHA? () sim () não

Profissão/ocupação: _____

☐ irmãos -

☐ outros parentes -

☐ filhos - Qtos? _____

Qtos? _____

Qtos trabalham? () não trabalha(m)

1()- Profissão/ocupação: _____

2()- Profissão/ocupação: _____

3()- Profissão/ocupação: _____

Qtos? _____

Qtos trabalham? () não trabalha(m)

1()- Profissão/ocupação: _____

2()- Profissão/ocupação: _____

3()- Profissão/ocupação: _____

57

8- Tipo de moradia:

☐ casa própria

☐ cedida

☐ alugada – R\$: _____

☐ outros _____

9- Número de cômodos: _____

10- Renda Familiar: _____

11- Como avalia sua experiência?

12- O que considera importante falar sobre sua experiência no Programa para quem lê o resultado da pesquisa?

13- Como se sente com relação ao desligamento?

14- Qual a sua perspectiva em relação ao desligamento do Programa?

Data: ____/____/____

Visto do entrevistador

58

ANEXO III

Adolescentes Desligados do Programa

Tabela I: Faixa Etária Atual dos Adolescentes Desligados

Idade	Quantidade	Porcentagem
-------	------------	-------------

19	3	37,5 %
----	---	--------

20	3	37,5%
----	---	-------

21	2	25%
----	---	-----

TOTAL	8	100%
-------	---	------

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Tabela II: Sexo dos Adolescentes Desligados

Sexo Quantidade Porcentagem

Masculino 6 75%

Feminino 2 25%

TOTAL 8 100%

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Tabela III: Grau de Escolaridade Atual dos Adolescentes Desligados

Escolaridade Quantidade Porcentagem

Ensino Fundamental incompleto - -

Ensino Fundamental completo - -

Ensino Médio incompleto 7 87,5%

Ensino Médio completo - -

Ensino Superior incompleto 1 12,5%

TOTAL 8 100%

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Tabela IV: Continuidade nos estudos após o desligamento do Programa

Ano Quantidade Porcentagem

2004 2 25%

2005 4 50%

2006 2 25%

TOTAL 8 100%

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Tabela V: Inserção no Mercado de Trabalho Após o Desligamento do Programa

Mercado de Trabalho Quantidade Porcentagem

Conseguiram inserção 7 87,5%

Não conseguiram inserção 1 12,5%

TOTAL 8 100%

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

59

Tabela VI: Tipos de Empregabilidade dos Adolescentes Após o Desligamento

Tipos Quantidade Porcentagem

Atividade irregular 2 25 %

Contrato de trabalho com carteira assinada 2 25 %

Prorrogação por contrato de trabalho na própria empresa.

2 25 %

Outros 2 25 %

TOTAL 8 100 %

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Tabela VII: Adolescentes que participaram de cursos profissionalizantes durante o Programa

Adolescentes Quantidade Porcentagem

Participaram 3 37,5 %

Não participaram 5 62,5 %

TOTAL 8 100%

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Tabela VIII: Empregabilidade dos pais/responsáveis dos Adolescentes

Responsáveis Quantidade Porcentagem

Trabalham 7 87,5 %

Não trabalham 1 12,5 %

TOTAL 8 100 %

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Tabela IX: Condição Sócio-econômicas dos Adolescentes Desligados

Renda Familiar Quantidade Porcentagem

Até 1 salário mínimo 2 25 %

De 1 a 2 salários mínimos 2 25 %

De 2 a 3 salários mínimos 2 25 %

Mais de 3 salários mínimos 2 25 %

TOTAL 8 100 %

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.
60

Tabela X: Discurso sobre a experiência no Programa

Frases Chaves Quantidade Porcentagem

“Muito bom para o crescimento profissional” 1 12,5 %

“Aprendi a me comportar no dia-a-dia e no trabalho”

4 50 %

“É uma oportunidade de trabalho” 2 25 %

“Ajudou a não me envolver com a criminalidade” 1 12,5 %

TOTAL 8 100 %

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Adolescentes Prestes a Serem Desligados do Programa

Tabela XI: Discurso sobre a certeza da inserção no Mercado de Trabalho

Frases Chaves Quantidade Porcentagem

“O estágio me ajudará a conseguir emprego”

2 33 %

“A própria empresa me contratará” 1 17 %

“Terminando os estudos, farei concurso público”

1 17 %

“Já tem vaga me esperando em outra empresa

2 33 %

TOTAL 6 100 %

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Tabela XII: Perspectiva em relação ao desligamento do Programa

Frases Chaves Quantidade Porcentagem

“A experiência adquirida ajudará minha vida profissional”

2 33 %

“Boa, pois serei contratado” 1 17 %

“Ter outras oportunidades para trabalhar”

2 33 %

“Já tem uma vaga me esperando” 1 17 %

TOTAL 6 100 %

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.

Tabela XIII: Pretensão em realizar cursos após o desligamento

Perspectiva Quantidade Porcentagem

Pretendem 5 83 %

Não pretendem 1 17 %

TOTAL 6 100 %

Fonte: Fundação para a Infância e Adolescência (FIA). Dados das entrevistas realizadas em Maio e Junho/2007.
61

ANEXO IV

FIA/RJ

PROGRAMA TRABALHO EDUCATIVO/BARRETO

FICHA DE CADASTRO

DATA: ____/____/____

NOME:

DATA DE NASCIMENTO: IDADE:

ENDEREÇO:

BAIRRO: CEP:

FILIAÇÃO

MÃE:

PAI:

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nº. DE PESSOAS: ADULTOS: MENORES:

ESCOLARIDADE

ESCOLA:

SÉRIE: TURNO:

OBSERVAÇÃO

62

ANEXO V

PODER EXECUTIVO

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DA FAMÍLIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

MINUTA

CONVÊNIO FIA X _____ Nº ____/2006

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE

ENTRE SI CELEBRAM A FUNDAÇÃO

PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA /

RIO DE JANEIRO E A _____.

A FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA, vinculada à Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social, fundação pública estadual, com sede na Rua Voluntários da Pátria, nº 120, Botafogo, nesta cidade, inscrita no CNPJ/MF nº 42.509.950/0001-96, neste ato representada por sua Presidente, doravante denominada FIA, e a _____, inscrita no CNPJ/MF nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, _____, nesta cidade, neste ato representada por seu(a) _____, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pelo _____, inscrito(a) no C.P.F. sob o nº _____, doravante denominada _____, conforme se decidiu no processo _____, assinam o presente Convênio, que reger-se-á incondicional e irrestritamente pela legislação específica federal e estadual, especialmente pela Lei n.º 8069/90, pelo Decreto n.º 3.149, de 28 de abril de 1980, que regulamentou o título XI do Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei n.º 287, de 04 de dezembro de 1979, bem como, no que couber, pelas disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 21 junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

63

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente CONVÊNIO tem por objeto a conjugação de esforços entre a FIA e a _____, para a colocação de adolescentes em aprendizagem laborativa, na forma preconizada pela Lei n.º 8069/90.

Parágrafo único – Para a consecução do objetivo almejado, ficam os partícipes obrigados a cumprir, irrestritamente, o plano de trabalho que constitui anexo deste convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA – Compete à FIA:

I. Recrutar, treinar e encaminhar os adolescentes para as atividades laborativas;

II. Acompanhar o desempenho do adolescente, bem como verificar a sua frequência e acompanhamento escolar, enviando à _____ cópia desse procedimento;

III. Pagar o seguro dos adolescentes;

IV. Substituir o adolescente que não se adaptar ao local do estágio ou o que tenha completado 18 anos;

V. Promover cursos de iniciação profissional para os adolescentes;
VI. Elaborar relatório de aproveitamento e aprendizado dos adolescentes, de acordo com as metas previstas neste Convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA – Compete à _____:

I. Receber para atividade laborativa, sem vínculo empregatício, _____ (_____) adolescentes encaminhados pela FIA, 64

com uma carga horária de **4** (quatro) horas diárias, compreendida no período de _____ às _____, no total de **20** (vinte) horas semanais, vedada a realização de atividade noturna ou em horário que não permita a frequência escolar, a prorrogação e a compensação de jornadas, bem como a realização de serviços particulares ou que não caracterizem trabalho educativo;

II. Colocar os adolescentes para exercer as suas atividades em local nãoinsalubre ou que ponha em risco a sua saúde e integridade física, psíquica, moral e sócia;

III. Conceder aos adolescentes, mensalmente, uma bolsa-auxílio no valor de R\$ _____ (_____). Descontar-se-à, no mês de maio, de cada ano, a importância de R\$ 5,20 (cinco reais e vinte centavos), correspondente ao seguro de acidentes pessoais, que será depositada no Banco Itaú S/A, Agência 05667-3, c/c n.º 03619-9. Tal depósito deve ser logo comunicado à FIA;

IV. Exigir que os adolescentes se apresentem uniformizados e portando cartão de identificação da FIA;

V. Assegurar aos supervisores da FIA, responsáveis pelo acompanhamento do estágio, acesso aos locais de atividade dos adolescentes;

VI. Encaminhar à FIA até o dia 5 (cinco) de cada mês, folha de frequência do mês anterior;

VII. Solicitar a substituição do adolescente que não se adaptar às normas internas do local de atividade, valendo-se de expediente escrito, no qual deverão estar explícitas as razões do pedido;

65

VIII. Conceder ao adolescente 30 (trinta) dias de afastamento da atividade laborativa, sem prejuízo de percepção da bolsa-auxílio;

IX. Abonar até 15 (quinze) dias de faltas consecutivas, desde que motivadas por doenças ou acidentes, mediante comprovação por atestado médico;

X. Fazer prevalecer as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando sobre o aspecto produtivo;

XI. Não atribuir ao adolescente responsabilidade pela guarda ou transporte de valores;

XII. Elaborar prestação de contas dos valores repassados aos adolescentes, em relatório próprio.

§ 1º. A importância de que fala o item 3 (três) da presente cláusula, será paga pela _____, diretamente ao adolescente até o dia 05 (cinco) de cada mês;

§ 2º. A _____, informará a FIA mensalmente, valendo-se de cópia do comprovante de pagamento efetuado aos adolescentes a título de bolsa-auxílio.

CLÁUSULA QUARTA – O presente Convênio vigorará pelo prazo de _____ (_____) meses a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja justificativa elaborada pelos partícipes.

CLÁUSULA QUINTA – Fica assegurado a qualquer das partes o direito de

denunciar o presente Convênio, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações até então assumidas.

66

CLÁUSULA SEXTA – A FIA providenciará até o quinto dia útil seguinte ao de sua assinatura, o encaminhamento de cópia autenticada do presente instrumento ao seu Tribunal de Contas do Estado e ao seu órgão de administração financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura, deverá o presente Termo ser publicado, em extrato, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, ficando os encargos daí decorrentes à conta da FIA.

CLÁUSULA OITAVA – Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, como único competente para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Convênio.

E, por estarem de acordo, assinam o presente Convênio em 4 (quatro) vias de igual teor e validade, na presença de 2 (duas) testemunhas.

Rio de Janeiro, de de 2006

MARIA LÚCIA COUTO KAMACHE

Presidente da FIA

NOME DO REPRESENTANTE DA CONVENIENTE

Cargo ocupado

TESTEMUNHAS:

CPF: _____

RG: _____

CPF: _____

RG: _____

67